

**DIREITOS**

## **USP passa a pagar adicional de periculosidade. E a Unicamp?**

A Universidade de São Paulo passará a pagar adicional de periculosidade (30%) para funcionários da área de segurança. Posteriormente, o adicional será pago também aos vigias. Segundo informações do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT) da USP, o cadastramento dos trabalhadores já está sendo realizado.

A pauta do adicional de periculosidade é uma das demandas que o STU vem solicitando há tempos. A Unicamp vem se negando a pagar o adicional.

O adicional de periculosidade, estabelecido pela Lei Federal 12.740/2012 é um valor pago a trabalhadores que realizam atividades e operações perigosas, como é o caso dos seguranças

e vigilantes. O percentual incide sobre os salários, sem os acréscimos resultantes de gratificações e prêmios.

O STU defende que todos os trabalhadores da segurança - 57 vigilantes contratados pela Unicamp, 220 vigias contratados pela Funcamp e 200 porteiros terceirizados que têm as mesmas funções dos efetivos - recebam o adicional.

## **Descaso com a alimentação dos trabalhadores do HC/Unicamp**

Desde o dia 06 de janeiro, o refeitório do HC foi fechado para reformas. Começou-se então a oferecer aos funcionários do plantão noturno um kit lanche para a ceia. Porém, os sanduíches oferecidos estão longe de representar uma alimentação sadia e de qualidade. Os trabalhadores reclamam de uma alimentação pobre em nutrientes, baseada em pães com muita massa recheados com alguns frios.

Além disso, a decisão de servir lanches para os funcionários foi estabelecida sem uma consulta aos mesmos. Sabemos que uma alimentação baseada em sanduíches está longe de suprir as necessidades de qualquer pessoa, ainda mais se tratando de trabalhadores cujo ofício noturno é bem desgastante.

A distribuição de sanduíches, inclusive, descumpra uma cláusula sindical, garantida no acordo coletivo, de oferecimento de refeições completas e não mais lanches e sopas. Sabemos também que reformas podem ser longas, o que evidencia mais ainda a necessidade de uma alimentação

adequada, afinal, que trabalhador terá uma boa saúde se sua dieta alimentar tem como base a ingestão de lanches durante meses? Fora isso, já houve pelo menos dois plantões em que faltou alimentação para os trabalhadores.

Restam as dúvidas: por que não consultar os trabalhadores na hora de definir onde podem se alimentar? Por que não utilizar o refeitório do CAISM? Será que a superintendência aceitaria se alimentar diariamente de lanches durante toda a fase da reforma?

Frente a esta situação, os trabalhadores enviaram um abaixo-assinado para a superintendência solicitando uma mudança de conduta, com uma amostra do sanduíche para comprovar a impossibilidade de se manter uma dieta alimentar nestes padrões.

Os trabalhadores solicitam uma alimentação saudável, digna e que atenda também às pessoas com diabetes e as que não consomem carne por motivos de restrição alimentar, por motivo religioso ou ético.

## **Plantões jurídicos do processo do FGTS**

O Departamento Jurídico e a diretoria do STU decidiram estender até o próximo dia 7 de fevereiro (sexta-feira) o prazo para recolhimento dos documentos necessários ao ingresso com a ação cobrando perdas do FGTS, decorrentes da aplicação de correção monetária abaixo da inflação. Haverá plantões também na área da saúde, nos seguintes horários:

**28 e 29/01** (terça e quarta-feiras), das 11h30 às 14h30, na saída do bandejão do HC

**03 e 04/02** (segunda e terça), das 18:30 às 20h, na entrada do HC/F1

**05 e 06/02** (quarta e quinta), das 18h30 às 20h, no saguão da nova entrada do CAISM

# Reitoria se nega a formalizar retomada das 30 horas



**Dignidade no trabalho!**  
**Atendimento com qualidade!**

Já passou da hora de a reitoria definir a retomada da jornada de trabalho de 30 horas para os funcionários da área da saúde. Após a edição da Lei Complementar 1.212/2013 todos os servidores da saúde estadual passaram a ter direito à jornada de 30 horas. Todos os trabalhadores e trabalhadoras sofrem com a grande responsabilidade que é o trabalho na saúde. O STU defende a redução da jornada para todos

os funcionários do Complexo Hospitalar e vai continuar cobrando a reitoria. Quando foi instalado sem diálogo com os trabalhadores o Grupo de Trabalho da reitoria sobre o tema, o STU alertou para a possibilidade desse GT se tornar apenas uma forma de postergar a retomada da jornada retirada na primeira gestão Tadeu. Até agora a categoria não tem conhecimento dos resultados do trabalho do GT constituído em maio do ano passado.

Em novembro, a reitoria anunciou que o Grupo de Trabalho apresentou um relatório. O comunicado dizia ainda que “aproximadamente 45 profissões foram abrangidas no documento”

e que “a meta é que a jornada de 30 horas seja implantada em maio de 2014, contemplando os funcionários que trabalham diretamente com assistência, sem redução salarial”, além da necessidade de concursos públicos para suprir a demanda de pessoal.

O STU já encaminhou cinco ofícios solicitando divulgação das sugestões do GT, definição de prazos para efetivar a redução de jornada e garantias de que os direitos adquiridos serão preservados. Até agora, no entanto, não houve nenhuma resposta concreta por parte do reitor. Agora, fazemos esta cobrança pública para que a reitoria se pronuncie!

## LUTA

### STU em defesa dos direitos sociais e contra a farra da Fifa no país

Servidores e estudantes da Unicamp participaram no último sábado (25 de janeiro) do ato “Se não tiver direitos, não vai ter Copa”, na capital paulista. O STU esteve representado.

A manifestação reuniu diversos grupos contra os excessivos gastos com obras voltadas aos jogos, as políticas de exceção impostas pela FIFA ao país (como a Lei Antiterrorismo, as remoções forçadas e despejos em todo o país, a criminalização dos movimentos sociais e da pobreza e até mesmo a tentativa de proibir o trabalho das tradicionais baianas vendedoras de acarajé no Estado da Bahia para favorecer a indústria do fast-food multinacional).

As organizações que realizaram o ato repudiaram ainda a violência policial utilizada contra centenas de jovens durante o protesto. A PM paulista, mais uma vez, agiu de forma truculenta disparando tiros

de balas de borracha e bombas a esmo. De acordo com o jornal “Folha de S.Paulo” um rapaz foi baleado na região do Higienópolis e está em coma induzido na Santa Casa. O jornal relata ainda que a Coordenação de Direitos Humanos da Defensoria Pública de São Paulo pedirá investigação do caso e punição dos responsáveis. 135 manifestantes foram detidos.

Os comitês populares da Copa em todo o país vêm questionando o desrespeito aos direitos da população no país por parte do governo federal, do Congresso Nacional e da FIFA, a elitização do futebol, a isenção de impostos para os patrocinadores do Mundial e a criação de tribunais de exceção que procederão julgamentos sumários de manifestantes durante os jogos. Os protestos defendem mais investimentos em saúde e educação públicas, moradia, transporte e mobilidade urbana.

### Manifestação exige justiça pela chacina de 12 jovens em Campinas

Amigos e familiares das vítimas da chacina ocorrida no último dia 13 na região de Ouro Verde, Campinas, organizam ato para pedir justiça. O STU esteve presente no protesto realizado dia 16 de janeiro, na região do Terminal Ouro Verde. Moradores do Jardim Vida Nova I, bairro onde diversos jovens vêm sendo assassinados, seguiram em passeata pela avenida Ruy Rodrigues até a altura do shopping Spazio. A principal suspeita é de que as vítimas tenham sido assassinadas por policiais militares. Testemunhas afirmam ter visto homens com as roupas do Batalhão de Ações Especiais da Polícia (Baep) durante a madrugada em que ocorreram as

mortes.

A Secretaria de Segurança Pública anunciou a abertura de procedimento investigativo e 31 policiais serão ouvidos.

A liderança do PSOL na Câmara dos Deputados protocolou pedidos no Ministério da Justiça e na Secretaria de Direitos Humanos (SDH) para que a secretaria e a Polícia Federal apurem o caso, bem como a Procuradoria-Geral de Justiça de São Paulo. O portal G1 noticiou no último dia 17 que a Procuradoria paulista informou que aguarda a conclusão do inquérito policial instaurado para, então, dar continuidade às investigações e teria designado um promotor para acompanhar o caso.